



OGF 3
FLS

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC

UNIDADE: Departamento de Trânsito - DETRAN

SECRETARIA: Secretaria de Planejamento e Gestão

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por

DECISÃO OGE/LAI n.º 022/2016

1. Tratam os presentes autos de pedido dirigido ao Departamento de Trânsito – DETRAN, número SIC em epígrafe, sobre a sede da 7ª Ciretran de Campinas, bem como acesso a contrato de aluguel do órgão.
2. O DETRAN afirmou não realizar pagamentos de despesa com aluguel, comunicando ainda que o terreno onde a Ciretran estava instalada tem propriedade dividida entre o Município e o Estado. Em sede de 1ª instância, o órgão recorrido informou inexistir contrato de aluguel entre o DETRAN e o Campinas Shopping. Ainda insatisfeito, o interessado interpôs recurso cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015.
3. Instada a sanar a supressão de instância, em razão da falta de identificação da autoridade responsável pelo julgamento do recurso, em respeito ao que determina o artigo 19, parágrafo único, do Decreto n. 58.052/2012, o DETRAN respondeu aos questionamentos de forma individualizada. Devidamente cientificado da resposta ofertada, o demandante restou silente, sendo razoável presumir a satisfação da demanda inicial (fls. 9/12). Não há mais que se falar em negativa de acesso à informação, considerando o pleno atendimento da demanda, por parte do órgão recorrido, à luz do que determina o artigo 11 da Lei Federal n. 12.527/2011.
4. Diante do exposto, tendo em vista o atendimento da demanda, ainda que extemporâneo, **julgo prejudicado o recurso, por perda superveniente de objeto**, com fundamento no artigo 11 da Lei, ausentes as hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto n. 58.052/2012.
5. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 5 de fevereiro de 2016.

GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO



FLS. OGE 12

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC 4327116178

UNIDADE: Companhia Paulista de Obras e Serviços - CPOS

SECRETARIA: Secretaria de Planejamento e Gestão

ASSUNTO: Pedido de informação formulado pela SINDIPROESP

DECISÃO OGE/LAI n.º 023/2016

1. Tratam os presentes autos de pedido dirigido à Companhia Paulista de Obras e Serviços – CPOS, número SIC em epígrafe, sobre a equipe jurídica da Companhia.
2. A entidade restou silente, ensejando o recurso cabível a esta Ouvidoria Geral do Estado, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015. Instada a sanar a supressão de instância, a Companhia manifestou-se, ofertando resposta a todos os questionamentos. Cientificada, esta não mais se manifestou, sendo razoável presumir a satisfação da demanda (fls.10/16).
3. Portanto, não há que se falar em negativa de acesso à informação, constatado o pleno atendimento da demanda, a satisfazer a solicitação da recorrente, à luz do que determina o artigo 11 da Lei Federal n. 12.527/2011.
4. Diante do exposto, tendo em vista o atendimento da demanda proposta, ainda que extemporâneo, **julgo prejudicado o recurso, por perda superveniente de objeto**, com fundamento no artigo 11 da Lei, ausentes as hipóteses recursais previstas no artigo 20 do Decreto n. 58.052/2012.
5. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 11 de fevereiro de 2016.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO